

## PODER

Câmara aprova o primeiro projeto da mudança do sistema de tributos, que detalha as regras para a cobrança de três novos impostos. Texto seguirá para sanção

# Reforma tributária ganha regulamentação

» ISRAEL MEDEIROS  
» JÚLIA PORTELA

Com 314 votos favoráveis e 117 contrários, a Câmara aprovou, ontem, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68 de 2024, que trata da regulamentação da reforma tributária. O texto iniciou a tramitação pela Casa, foi para o Senado — onde passou por mudanças — e voltou para a Câmara, onde algumas das alterações foram revertidas pelo relator do texto, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Falta, agora, a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto detalha as regras para a cobrança de três novos tributos: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) — taxa extra, batizada de “imposto do pecado”, destinada a itens considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. No Senado, os parlamentares haviam retirado as bebidas açucaradas dessa cobrança, mas os deputados a retomaram.

Reginaldo Lopes também rejeitou a mudança feita pelo Senado em tributação de medicamentos e a redução de 60% dos tributos para os serviços de saneamento. “Nós alteramos o texto do Senado justamente para preservar a reforma tributária naquilo que é mais importante para o país: fazer o Brasil voltar a crescer, gerar empregos e oportunidades. (...) Nós estamos reduzindo a carga tributária para todos os setores da economia,

### Aprovações

Veja alguns dos itens avalizados pelos deputados

#### “Imposto do pecado”

A regulamentação institui as regras do Imposto Seletivo. Cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, veículos (inclusive os elétricos), jatinhos, embarcações, apostas on-line (bets) e extração de mineral serão tributados.

#### Imóveis

O novos IBS e CBS vão recair basicamente sobre atividades entre empresas, mas as pessoas físicas serão tributadas em operações imobiliárias, caso os rendimentos obtidos com a locação superem R\$ 240 mil por ano e o proprietário tiver mais de três imóveis. No caso da venda, serão tributadas pessoas físicas que vendam mais de três imóveis em um ano ou mais de um imóvel adquirido nos últimos cinco anos. A alíquota sobre a locação terá um desconto de 70% em relação à alíquota padrão. Já a que incide sobre a venda terá um desconto de 50%.

#### Cesta básica

A regulamentação também

listou os itens que vão compor a cesta básica nacional, que terá alíquota zero. Além de itens da alimentação básica, foram contemplados as carnes e queijos, e incluídos a tapioca e a erva mate.

#### Cashback

Foi instituído o cashback, devolução dos tributos embutidos nas contas de luz, água e esgoto, gás e telecom para a população de baixa renda. A devolução será integral na tributação federal e de pelo menos 20% na tributação de estados e municípios, que poderão aprovar leis locais com maior devolução de tributos. Nos demais produtos e serviços, a devolução será de 20% da CBS e do IBS.

Planos para pets  
Redução de 30% nos tributos para planos de saúde de animais domésticos

#### Medicamentos

Todos os medicamentos não listados em alíquota zero contarão com redução de 60% da alíquota geral

Fonte: com Agência Câmara

mas em especial para o povo brasileiro”, frisou.

O projeto define, ainda, a criação de um cashback — devolução

de tributos para consumidores de baixa renda.

Na votação ontem, a oposição tentou retirar o texto da pauta,

mas o requerimento foi derrotado por 289 votos a 118. O PL, sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro, e o Novo foram os partidos que tentaram barrar a votação.

“No sentido de simplificação dos impostos, o PL sempre foi favorável a uma reforma tributária. Mas essa reforma vai gerar o maior imposto do mundo. O PL é contra”, disse o líder do partido, Altineu Côrtes (RJ). Já o presidente da Câmara afirmou, durante a discussão, que o Congresso chegou a um conteúdo possível para a aprovação.

“Não temos o texto ideal. Em nenhuma hipótese iremos atender a todas as demandas que o Brasil tem. Em algumas distorções que por acaso permanecem, qualquer projeto de lei será muito bem-vindo a este plenário e ao Congresso Nacional”, ressaltou ele, que deixará a presidência da Câmara em fevereiro de 2025.

O líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), ressaltou a importância da votação da regulamentação, que, na avaliação dele, beneficiará os mais pobres. “Há dois anos que nós estamos discutindo esse tema, e há 40 anos estava dormindo nas gavetas aqui do Parlamento. E é uma reforma justa, porque ela garante benefícios, principalmente para os mais pobres. A cesta básica, a inclusão da carne na cesta básica, o cashback para as pessoas mais pobres. Portanto, dizer aqui que essa reforma não serve ao país é um total descompromisso com a economia popular, e com a economia brasileira. Essa reforma é fundamental”, sustentou.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Aprovação da reforma tributária reduz incertezas

Num dia em que o dólar disparou mais uma vez, chegando a R\$ 6,20, o que obrigou o Banco Central (BC) a fazer duas intervenções no mercado de câmbio, a Câmara dos Deputados concluiu a aprovação da reforma tributária e, assim, acalmou o mercado. Ontem, foram US\$ 3,29 bilhões vendidos em duas operações para frear a cotação da moeda norte-americana e desacelerar a desvalorização do real. Mesmo assim, o dólar fechou em alta de 0,02%, cotado a R\$ 6,0956.

Entretanto, a notícia boa foi que a Câmara concluiu a votação da reforma tributária, aprovada por 324 votos a favor contra 123. Essa decisão reduz as incertezas econômicas, que pareciam uma tempestade perfeita, porque o Senado havia aumentado a carga tributária com novas isenções, e permanece o impasse na votação do pacote fiscal do governo, que ainda corre risco de desidratação.

Em dezembro, sempre há uma alta sazonal do dólar, por causa da remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior, porém essa tendência foi anabolizada pelo comportamento do governo e do Congresso. A inflação acima da meta, o déficit além do previsto no arcabouço fiscal e o impasse para aprovação do pacote de cortes de gastos e da reforma tributária impactaram fortemente o mercado. O resto ficou por conta da especulação financeira mesmo.

O projeto aprovado ontem define as regras para a cobrança dos três impostos sobre o consumo criados pela reforma tributária: IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e Imposto Seletivo. A CBS federal passará a ser cobrada em 2027 e o IBS, com a receita partilhada entre estados, DF e municípios, será cobrado de forma gradual a partir de 2029. Junto com o Imposto Seletivo — apelidado de “imposto do pecado” por ser direcionado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente —, a CBS e o IBS substituem cinco impostos: ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI.

Como os deputados retiraram as mudanças feitas pelo Senado, entre as quais a exclusão de refrigerantes do “imposto do pecado” e o desconto para serviços de saneamento, por exemplo, foi restabelecida a trava para impedir que a alíquota-geral do IBS e da CBS fique acima de 26,5%. Com as isenções do Senado, chegava a 28%. Em 2031, quando o governo federal e o Comitê Gestor do IBS (estados e municípios) avaliarem a transição do novo sistema tributário, essa trava será acionada.

A arrecadação do período de transição (2026 a 2030) servirá de base para a alíquota-padrão que será cobrada a partir de 2033, quando todo o sistema estará implementado. Se essa alíquota superar 26,5%, o governo federal deverá enviar um projeto ao Congresso para adequar a tributação a esse patamar.

### Pacote de gastos

A aprovação da reforma tributária, ao melhorar o ambiente institucional da economia e, consequentemente, a segurança jurídica, ajudou a conter a alta do dólar, mas é preciso também melhorar as expectativas do mercado com a aprovação dos cortes de gastos enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional. Trata-se de uma economia prevista de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos, e um total de R\$ 375 bilhões até 2030.

Mesmo assim, o governo está sendo muito criticado, porque o pacote é considerado aquém das necessidades fiscais. Entretanto, com o impasse no pagamento das emendas parlamentares, o mercado mudou o foco das críticas do Executivo para o Congresso. Ruim com o pacote, pior sem ele, esse é o raciocínio. Conforme o arcabouço fiscal, o governo tem uma meta de zerar o déficit público pelos próximos dois anos — ou seja, gastar o que arrecadar em 2024 e 2025. Como não mexeu em gastos estruturais, as incertezas continuam.

Previdência, benefícios reajustados pelo salário mínimo e os pisos de investimento em saúde e educação são assuntos que somente serão tratados no próximo ano. Por isso, muitos investidores ainda não acreditam que as medidas propostas sejam suficientes para conter o avanço da dívida pública no longo prazo. Resultado: o dólar sobe, impacta a inflação (combustível, alimentos, remédios etc.), o Banco Central (BC) eleva taxa de juros e o dólar dispara. Essa ciranda, para ser interrompida, precisa que o Congresso também faça a sua parte.

Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que liderou a barganha com o governo para pagamento das emendas parlamentares de comissão (cujos autores não são revelados), sinalizou que pretende votar as medidas ainda nesta semana: “Não estou garantindo a aprovação nem rejeição. Nós vamos votar, estamos discutindo, conversando, dialogando, encontrando textos para votar, mas o calendário de votação é esse”, disse.

São duas conversas, uma é a discussão técnica sobre a eficácia das medidas propostas; a outra, a negociação de bastidor para liberação das emendas, que não respeitam plenamente as novas regras de transparência e rastreabilidade estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



O presidente da Câmara, Arthur Lira, durante a sessão: segundo ele, texto da reforma aprovado pelo Congresso não é o ideal, mas é o possível

## Aprovado 1º projeto de corte de gastos

A Câmara aprovou, ontem à noite, o texto-base do primeiro projeto do pacote de corte de gastos encaminhado pelo governo Lula ao Congresso. O projeto de lei complementar relatado pelo deputado Átila Lira (PP-PI) cria “reforços” ao arcabouço fiscal, prevendo disparo de novos gatilhos para congelamento de despesas em caso de piora das contas públicas, além de permitir que o Executivo possa bloquear até 15% das emendas parlamentares.

Foram 318 votos a favor (eram necessários 257) e 149 votos contrários. Os deputados rejeitaram três destaques (sugestões de mudanças ao texto principal) e deixaram outros três para serem analisados hoje. Concluída a votação, a matéria seguirá para análise do Senado.

Uma das medidas proposta pela equipe econômica, contudo, caiu: a que limitava a restituição de créditos tributários pelas empresas. A proposta enfrentava forte resistência entre vários setores da economia, além de ter integrado uma medida

provisória (MP) editada pelo governo em junho e que foi devolvida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A expectativa é de que o projeto seja votado no Senado até sexta-feira, antes do recesso parlamentar. O Congresso ainda tentará aprovar um outro projeto de lei encaminhado pela Fazenda, além de uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

A Fazenda estima que os três projetos juntos vão gerar uma economia de R\$ 71,9 bilhões em dois anos, mas especialistas em contas públicas contestam esse cálculo e preveem uma economia menor, entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões. As contas ainda terão de ser refeitas após as modificações feitas no Congresso.

### Entenda

Um dos gatilhos do projeto prevê que, em caso de déficit primário, ficará proibida, a partir de 2025, a concessão, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários. Além disso, haverá limitação de crescimento no gasto com

pessoal em 0,6% ao ano acima da inflação — o piso do aumento de despesas estabelecido pelo novo arcabouço fiscal.

Outro gatilho determina que, em caso de redução nominal das despesas discricionárias (não obrigatórias, como investimentos e custeio), a partir de 2027, haverá essa restrição para benefícios tributários (tal qual ocorre em caso de déficit primário) e a mesma limitação para o crescimento de despesas com pessoal.

A proposta aprovada também determina que a criação ou prorrogação de benefícios da seguridade social ficam limitadas às regras de crescimento do arcabouço, ou seja, com teto máximo de 2,5% ao ano.

O projeto estabelece que o governo poderá bloquear e contingenciar até 15% das emendas parlamentares. A medida enfrentava resistências no Congresso, mas a cúpula do Legislativo fechou um acordo com o Planalto para aprovar a medida. Hoje, o governo não pode bloquear emendas impositivas (obrigatórias), apenas contingenciar.

### » LDO de 2025 vai a plenário

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 (PLN 3/24) com uma meta fiscal de déficit zero para 2025. Mas houve a inclusão de 22 tipos de despesas que não estarão sujeitas ao contingenciamento de recursos para alcançar essa meta. O projeto já tinha outros 71 tipos de despesas que não estavam sujeitas a limitações de empenho por serem obrigações constitucionais ou legais. Os parlamentares adicionaram limitações de contingenciamento para despesas não obrigatórias. A LDO fixa regras para a elaboração e a execução dos orçamentos anuais. O texto segue agora para o plenário do Congresso Nacional. (Agência Câmara)